

Desmistificar Mondlane

Por **Benedito Tomás Muianga**

(Continuado)

Mondlane e o Ocidente

O facto dos dirigentes da Udenamo, MANU e Unami terem operado do exterior desde o momento em que passaram a desafiar abertamente o regime colonial, é deturpado por Gabriel Simbine de modo a dar corpo à teoria de que o exílio impedia-os de "pisar o solo pátrio" e de "conhecer a força do inimigo". A ser válida a teoria, o que dizer do próprio Dr. Mondlane, que desde os finais da década de 40 se encontrava afastado de Moçambique, primeiro na África do Sul, depois em Portugal e posteriormente nos Estados Unidos, só regressando a Moçambique, em veraneio de uma meia dúzia de semanas, em 1961? Em contrapartida, os dirigentes da MANU, Udenamo e Unami haviam abandonado Moçambique pouco antes da fundação dos respectivos movimentos. Mas o que importa ter em mente é que a natureza totalitária do regime colonial não permitia qualquer forma de contestação ao seu governo.

Voltando a teorizar, mas agora sobre a "representatividade", Gabriel Simbine avançou com a ideia de que a MANU, Udenamo e Unami eram movimentos regionalistas. Se a representatividade regional de um movimento se mede pela origem étnica de quem o integra, então Gabriel Simbine terá forçosamente de aceitar que no caso da Udenamo esta representava igualmente o

Centro e Norte do País, dado que pessoas como Urias Simango, Feliciano Gundana, Silvério Nungo, Filipe Magaia e Marcelino dos Santos eram seus membros, para já não mencionar os makondes e macuas que na Tanzânia a ela se vieram ajuntar.

É interessante notar que de todos os dirigentes políticos moçambicanos activos no início da década de 60, Mondlane era o que mantinha melhores relações com o regime colonial. Não obstante a versão comum segundo a qual Mondlane era perseguido pela PIDE após a sua expulsão da África do Sul, ele foi estudar para Portugal. A escolha da potência colonial para prosseguimento dos estudos, segundo André de Clerc, tutor de Mondlane, era porque "seria vantajoso que Mondlane adquirisse as bases da cultura portuguesa, o que o ajudaria no seu trabalho uma vez regressado a Moçambique".

Como estudante nos Estados Unidos, depois de uma temporada em Lisboa, Mondlane proferiu declarações que no mínimo podem ser interpretadas como favoráveis ao regime colonial português, mormente no tocante ao capítulo da saúde e da educação. Num trabalho publicado pela Universidade de Chicago, Mondlane referiu-se ao baixo nível sanitário e educacional existente em Moçambique, tendo frisado que "a razão principal para este estado de coisas é de ordem material: falta de fundos", acrescentando que "o governo português tem feito

tudo ao seu alcance para combater a doença em Moçambique".

Ainda nos Estados Unidos, como investigador ao serviço do Departamento de Territórios sob tutela da ONU, Mondlane manteve estreitos laços de amizade com a representação portuguesa nas Nações Unidas em Nova Iorque. Por recomendação do professor Adriano Moreira, posteriormente ministro das colónias sob o regime de Salazar, a referida representação ofereceu à família Mondlane um fio de ouro por ocasião do nascimento de seu filho. Das ofertas subsequentemente feitas pela representação portuguesa a Mondlane, conta-se um disco da fadista Amália Rodrigues. Não há notícia de que os presentes tivessem sido devolvidos, quer nos Estados Unidos ou em Portugal, que Janete Mondlane costumava visitar, hospedando-se na Casa York em plena baixa lisboeta.

O namoro do regime português com Mondlane tornava-se mais intenso, e, em 1961 Adriano Moreira facultou a viagem da família Mondlane a Moçambique. Com escala em Luanda (capital de uma colónia portuguesa onde o movimento nacionalista contestava acerrimamente a presença de Portugal), Mondlane chegou a Lourenço Marques em finais de Janeiro, tendo sido agraciado com a pompa e circunstância normalmente dispensadas a figuras afectas ao regime.

Numa recepção em sua honra na praia do Chongone, Mondlane tinha como co-con-

vidados Videira e Castro, representante do partido fascista no poder — a União Nacional — e Luís Gonçalves, chefe da delegação da Wenela, empresa recrutadora de mão-de-obra para as minas da África do Sul. O "Notícias" da época deu ampla cobertura à visita de Mondlane, referindo que numa recepção em Manjacaze ele sentou-se ao lado do secretário da Administração Colonial, Fernando Calçada Bastos. No fim da visita, Mondlane foi citado pelo referido jornal como tendo dito que "parlia para a América mais português do que era".

Foi neste estado de espírito que Adriano Moreira ofereceu a Mondlane a chefia do Departamento de Antropologia no Instituto de Medicina Tropical. Mondlane recusou a oferta, não porque ela o repugnasse, mas porque preferia concorrer ao lugar como qualquer outro candidato e não recebê-lo como favor.

Mondlane, contrariamente ao que Gabriel Simbine, etantos como ele propalam, não foi quem fundou a Frelimo. Esta havia sido formada em Acra em Maio de 1962. O nome do movimento foi concebido, na capital ganense, por Fanuel Malhuza, vice-presidente da Udenamo, tendo Marcelino dos Santos escolhido o acrónimo "Frelimo". Mondlane impôs-se, isso sim, a uma Frelimo já existente e com direcção própria, manobrando nos bastidores para afastar os que contrariavam a sua então política de apaziguamento para com Portugal.

O humanista de Lusaka
Gabriel Simbine manda

reconhecer, em nome da verdade, "que Paulo Gumanne, Adelino Gwambe e outros (...) não conheciam a força do inimigo", pretendendo deste modo explicar a sua asserção sobre a forma como Portugal conduziu as negociações de paz em Lusaka.

A verdade é que Gwambe, Gumanne e muitos outros conheceram a força do inimigo pois combateram-no, precisamente a partir da Zâmbia, em nome do Comité Revolucionário de Moçambique, Coremo. Este movimento havia sido reconhecido como movimento independentista pela OUA, excepto pelo seu Comité de Libertação pelo simples facto deste se encontrar sediado em Dar-Es-Salaam e serem tanzanianos, facilmente manobráveis pelo regime de Nyerere, os seus respectivos presidentes: George Macombe, Hashim Mbita e Salim Ahmed Salim.

Mas o Coremo conheceu a força de um outro inimigo, designadamente a Frelimo, que já no distante ano de 1967 manifestava tendências totalitárias. Após a abertura da frente de Tete, zona onde os guerrilheiros do Coremo operavam desde 1965, a direcção da Frelimo ordenou a captura e fuzilamento de guerrilheiros daquele movimento.

Entre as vítimas contavam-se o tesoureiro do Coremo, Gabriel Ndeio Machava, que, juntamente com Bernardo Forte Mbadzo e um outro comandante militar foram mortos numa emboscada montada pela Frelimo perto de Furancungo a 2 de Fevereiro de 1972.

A escalada de atrocidades cometidas pela Frelimo contra o Coremo atingiu proporções tais que o governo da Zâmbia, através do seu representante junto dos movimentos de libertação, Mukuka Nkoloso viu-se na obrigação de publicamente avisar a organização de Samora Machel para pôr termo ao massacre de membros do Coremo. Segundo Nkoloso, "o futuro da Frelimo na Zâmbia estará em jogo se ela continuar com o seu comportamento "repreensível", para depois recomendar aos dirigentes da Frelimo "a concentrarem a sua acção contra os opressores portugueses e não contra outros combatentes da liberdade".

O facto da delegação portuguesa às conversações de paz em Lusaka se ter recusado a dialogar com o Coremo, da mesma forma que o fazia com a Frelimo, é algo que carece de explicação, e que não deve, por uma

questão de princípios, ser tratada em duas ou três frases como o fez Gabriel Simbine. O governo Zambiano, que desde 1965 apoiava e encorajava, para além de financiar, o Coremo, viria, na sequência do golpe de Estado de Abril de 1974, a mudar radicalmente a sua posição.

Esta, aliás, uma característica do ex-Presidente Kenneth Kaunda, indivíduo sem escrúpulos, que sempre quis estar bem com Deus e com o diabo. Recordar-se, a título de exemplo, o tratamento dado por Kaunda à UNITA de Jonas Savimbi: o regime de Lusaka deu o seu aval à invasão sul-africana contra Angola em 1975, apostando na UNITA como trunfo a jogar em Luanda. Abortado o assalto a Luanda, Kaunda tratou rapidamente de lavar as mãos, dando ordem de expulsão à UNITA do território zambiano para logo a seguir reconhecer o governo do MPLA. Simultaneamente, deixou de "avisar" o continente africano contra os perigos do "neocolonialismo (soviético) que entrava por África pela porta de trás".

O comportamento da Zâmbia relativamente a Moçambique foi consentâneo com o carácter ambíguo do seu então presidente "humanista". Em Junho de 1974, no mesmo mês em que a primeira delegação portuguesa liderada por Mário Soares chegava a Lusaka, Kaunda ordenou o encerramento dos campos de treino militar do Coremo em território zambiano e a prisão de todos os seus quadros e dirigentes. Kaunda foi ainda mais longe na sua atitude colaboracionista e de viracascas: entregou os seus prisioneiros à Frelimo que depois os fez desfilar no famigerado julgamento de Nachingweia.

Kenneth Kaunda, que costuma chorar em público quando confrontado com situações dramáticas, mudou de ares em Maio de 1975. Em vez de empunhar o lenço branco com que enxuga as lágrimas — de crocodilo, pelo que se depreende — mascarou-se de militar de combates nunca travados, seguindo depois para a Nachingweia para ver desfilar à sua frente, a jeito de animais de circo, os presos que havia ajudado a prender. O humanista de Lusaka tornava-se, assim, co-responsável da paródia jurídica encenada em Nachingweia, e autor moral do fim desumano que viria a ser reservado em Mtetela às vítimas da "clemeência" machelista e do rancor vieirista. ■